

EDcl no MANDADO DE SEGURANÇA Nº 25.363 - DF (2019/0239337-3)

RELATOR : **MINISTRO GURGEL DE FARIA**
EMBARGANTE : **SINDICATO NACIONAL DOS SERVIDORES DO MPU**
ADVOGADOS : **FÁBIO FONTES ESTILLAC GOMEZ E OUTRO(S) - DF034163**
RODRIGO VICENTE MARTINS FERNANDES - DF050127
KARINE JORDANA BARROS BELÉM - DF056207
EMBARGADO : **PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA**

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos pelo SINDICATO NACIONAL DOS SERVIDORES DO MPU contra a decisão de e-STJ fls. 108/109, na qual indeferi liminarmente o pedido, nos termos do art. 212 do RISTJ, c/c o art. 10 da Lei 12.016/2009, ante a incompetência do STJ para o processamento e julgamento de mandado de segurança impetrado contra ato de SUBPROCURADORA-GERAL DA REPÚBLICA.

O embargante alega que a decisão foi omissa, já que "o relator declinou da competência a despeito de previsão constitucional permitindo o julgamento de ato ilegal de Subprocurador Geral, mas não demonstrou qual seria o órgão competente para tanto. A não apreciação de ponto arguido pelas partes cerceia o direito da Embargante de ter seus argumentos examinados pelo Estado" (e-STJ fl. 113).

O Ministério Público Federal manifestou-se pela rejeição dos embargos (e-STJ fls. 397/400).

Passo a decidir.

Os embargos de declaração têm por escopo sanar decisão judicial eivada de obscuridade, contradição ou erro material.

Na hipótese dos autos, verifica-se que não assiste razão ao embargante.

Com efeito, a decisão foi clara ao explicitar que, segundo o disposto no art. 105, I, "b", da Carta Política de 1988, compete ao Superior Tribunal de Justiça o processamento e o julgamento de mandados de segurança impetrados contra atos da própria Corte, de Ministros de Estado, de Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, sendo certo que o presente *mandamus* ataca ato de SUBPROCURADORA-GERAL DA REPÚBLICA, autoridade não compreendida no rol do permissivo constitucional.

Note-se, ademais, que, conforme bem explicitado pelo *Parquet*, "a indicação do órgão judicial a quem se dirige a ação é ato postulatório e, portanto, a cargo da parte, nos termos do art. 319, I, do CPC" (e-STJ fl. 118).

Assim, não há nenhuma omissão a ser sanada na presente via.

Superior Tribunal de Justiça

Ante o exposto, REJEITO os embargos de declaração.

Intimem-se. Publique-se.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

MINISTRO GURGEL DE FARIA

Relator